

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Divisão de lucros é proposta de Mangabeira

Projeto foi discutido com intelectuais e entidades favoráveis à medida

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

É herança do ex-ministro Roberto Mangabeira Unger, que ocupou a Secretária de Assuntos Estratégicos, o projeto de lei que obriga a distribuição de

5% dos lucros das empresas aos empregados. Unger discutiu a medida num círculo fechado de intelectuais e só deu conhecimento do seu conteúdo a um grupo de entidades sindicais favoráveis à medida. O projeto tem nove artigos e integra um



ATIVIDADE PARALELA – O ministro Tarso Genro participou de debate sobre metrópoles solidárias

documento de 67 páginas, chamado *Reconstrução das Relações Capital-Trabalho*, que ele produziu na sua tumultuada passagem pelo governo, do qual se desligou no ano passado.

Entre as entidades que Mangabeira diz ter consultado es-

tão a CUT, Força Sindical, UGT, CGTB, NCST e CTB. Nenhuma entidade empresarial está relacionada, embora algumas federações comerciais tenham se manifestado a favor da medida. Sem chance de ver o projeto aprovado, por falta de

condições políticas no Congresso, como apurou o **Estado**, Mangabeira passou a paternidade para o Ministério do Trabalho.

Carente de uma medida de impacto que marque sua gestão, o ministro Carlos Lupi encampou o texto e organizou um

ENTREVISTA

Ana Amélia Camargos:

Pres. da Assoc. dos Advogados Trabalhistas

‘Uma medida autoritária que só diminui o emprego’

A presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), Ana Amélia Camargos, classificou como “autoritária” a proposta do governo, anunciada anteontem, de tornar obrigatória a distribuição de 5% do lucro líquido da empresa para os funcionários. Segundo ela, a legislação atual – que prevê a negociação direta entre empregadores e empregados – é boa e não precisaria ser alterada. Ana Amélia considera “populista” e “eleitoreiro” o anúncio da proposta, e afirmou que a medida deixaria o trabalhador “à mercê de uma legislação rígida”.

Como a senhora encara a proposta do governo?

É uma medida autoritária que só servirá para diminuir o emprego. Não entendo como alguém pode considerar isso uma coisa boa. A legislação que já existe é curta, boa e está sendo aplicada cada vez mais. O maior ganho da lei é que a participação nos lucros é acordada diretamente entre funcionários e empregadores. A nova proposta transforma uma legislação adequada – que prioriza a negociação – em uma imposição estatal.

Como a senhora interpreta o anúncio do projeto em ano eleitoral?

Sem dúvidas é uma medida eleitoreira e populista – típica, aliás, do ministro do Trabalho (*Carlos Lupi*). Se bem que mesmo os sindicatos se aborreceram, porque não foram incluídos na discussão.

A divisão compulsória do lucro não ajuda a aumentar a produtividade do trabalhador?

Até aumenta. Mas o que é mais eficiente: uma obrigação legal ou uma negociação entre o trabalhador e o patrão? Se o projeto for aprovado, o empregado saberá que terá 5% do lucro garantido. Na legislação atual, podem-se estabelecer metas mais ambiciosas e o trabalhador se esforça para cumpri-las.

A senhora defende que a negociação seja feita diretamente entre empregador e empregado. Mas não existe uma disparidade no poder de negociação dos dois grupos?

Do Brasil, sim. Mas isso acontece porque, aqui, os sindicatos não têm legitimidade. O cerne da questão é liberdade sindical. Sem sindicatos autônomos e legítimos, o trabalhador não tem força para negociar. Só que não são medidas populistas como essa que irão resolver a questão. Ao contrário, deixaremos o trabalhador ainda mais à mercê de uma legislação rígida e autoritária. ● **LUCAS DE ABREU MAIA**

IPVA e Seguro Obrigatório, IPTU, matrícula e material escolar, parcelamento das despesas de fim de ano e férias.

Se você perdeu o fôlego só de ler, imagine ter que pagar tudo isso.

Chega de ficar apertado no começo do ano.

Conte com o **Crediário Automático Itaú** para organizar suas finanças. É dinheiro na conta com parcelas que cabem no seu bolso.

Contrate* agora mesmo com seu Gerente Itaú, ou

se preferir nos Caixas Eletrônicos, ou no www.itau.com.br.

Lembre-se: use o crédito a seu favor.

*Sujeito a análise de crédito.



Vannuchi diz que há defesa da volta dos DOI-Codis

Ministro compara as críticas ao Programa Nacional de Direitos Humanos a um movimento pró-ditadura

Wilson Tosta
ENVIADO ESPECIAL
PORTO ALEGRE

O secretário especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, comparou ontem críticas ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos à defesa da volta dos DOI-Codis, órgãos de repressão do período mais fechado da ditadura 1964-1985, nos quais ocorreram assassinatos, desaparecimentos e tortura de opositores ao regime. Segundo ele, em artigo na imprensa, um jurista, que não identificou, para atacar o PNDH-3 e o próprio Vannuchi, lembrou uma resenha em que crítico literário Agripino Grieco, ao se referir a uma obra de poesia, recomendava que se queimasse o livro e, se seu autor insistisse em escrever, que o queimassem também. Para ele, a frase mostrou uma disposição pró-ditadura,

que criticou, durante participação na oficina *Trabalho escravo: o quanto já caminhamos e o que falta fazer?*, incorporada ao Fórum Social Mundial.

“Não tinha lido, nos últimos anos, uma confissão tão clara de que, se for preciso construir DOI-Codis de novo, vamos construir DOI-Codis de novo”, declarou o secretário, em referência aos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna, organismos de repressão política comandados pelo Exército nos anos 70, sobre cujos ex-integrantes pesam acusações de tortura e assassinato.

Em entrevista, Vannuchi amenizou o discurso. “Puxa vida, 21 anos de reconstrução democrática, e ainda existem pensamentos que ecoam a ideia de que, na diferença, não aceito opinião diferente da minha, e, se a pessoa insistir, queime-se

quem faz a defesa. Está errado, é preciso conviver, o Fórum Social Mundial é uma grande demonstração disso, há pluralidade, há divergência.”

O secretário afirmou ser bom que “esses segmentos utilizem atualmente o instrumento da notícia na imprensa, de articulação de uma ofensiva como essa, porque em outros momentos da história se utilizaram de dispositivos muito menos democráticos do que esses”. Foi nesse contexto que acusou seus críticos de quererem a volta dos órgãos de repressão

MANIFESTAÇÃO

Vannuchi aproveitou a oficina para rebater críticas ao PNDH-3 e para criticar a imprensa. “Fui lembrado como terrorista, uma revista disse ‘não conseguiu no revólver, quer conseguir na caneta’”, reclamou. Ele negou que a proposta de criar a

Comissão da Verdade, que investigaria crimes ocorridos na ditadura, tivesse como objetivo revogar a Lei de Anistia. “Bastava ler, está lá, com todas as letras, né, ‘observadas as disposições da lei 6.683’, ou bastava o colega jornalista, quem sabe o editor, ir lá e ler, se quisesse noticiar direitinho, ver que não é contra a Lei de Anistia, havia um amplo consenso de não revisar a anistia.” Segundo ele, os ataques que sofreu tiveram, em algumas publicações, “pequenas características de linchamento”. “Não vamos reagir com o mesmo espírito de ataque a quem nos chamou de revanchista, procurar uma palavra equívoca, porque em direitos humanos o instrumento é o diálogo, a explicação paciente, perseverante, reconhecendo a alteridade”, pregou.

Segundo Vannuchi, a discussão sobre a ditadura não é revanche. “Ninguém está preocupado em jogar ninguém na masmorra, para que morra lá. Pelo contrário, se quer jogar luz, conhecer para não deixar acontecer outra vez”, afirmou, sob aplausos. Apesar de elogiar a composição do grupo de trabalho que preparará o projeto de criação da comissão, Vannuchi previu dificuldades internas para chegar a uma proposta de consenso. ●

grupo de trabalho, com a participação do Ministério da Justiça, que deu o arcabouço jurídico ao projeto – ainda a ser submetido à Casa Civil antes de ir para o Congresso Nacional.

As resistências já começaram em várias partes do País. “O projeto é demagógico, estatizante e antidemocrático”, disse o advogado José Carlos Vergueiro, sócio do escritório Velloza, Giroto e Lindenbojm, especialista em direito empresarial.

A forma confusa de lançamento da proposta desencadeou no governo um princípio de crise marcado por versões conflitantes. O ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou que o que existem são só “estudos”, divulgados prematuramente por assessores.

Ontem, em Novo Hamburgo (RS), Tarso voltou a dizer que há um estudo no governo sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e confirmou que sua pasta coordenou um grupo de trabalho sobre o assunto. Disse também que não assumiu nenhuma questão pessoal sobre a proposta. Nem ele, nem o Ministério da Justiça. ●

COLABOROU SANDRA HAHN

ENTREVISTA

Reinaldo Gonçalves:

Professor de Economia Exterior

‘Uma ótima ideia usada de maneira oportunista’

A proposta do governo de obrigar as empresas a pagar aos empregados participação nos lucros é, segundo o professor de economia exterior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Reinaldo Gonçalves, uma “ótima ideia usada de maneira oportunista e equivocada”. Ele afirma que, em ano eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adota um discurso esquerdista. Na opinião de Gonçalves, a proposta – se levada ao congresso – não tem “nenhuma chance” de ser aprovada.

Como o senhor encara a proposta do governo?

A divisão de lucros das empresas com os empregados faz parte da agenda da esquerda e da social democracia em todo o mundo. Na Alemanha, por exemplo, parte significativa do lucro das empresas é direcionada aos trabalhadores. Esse anúncio do governo Lula, no entanto, é uma ótima ideia usada de maneira oportunista e equivocada, o que é lamentável.

O senhor acredita, então, que a partilha de lucros das empresas com os funcionários deve ser obrigatória?

‘Divisão de lucros faz parte da social democracia’

Sem dúvidas, deve ser compulsória. É uma regulação do excedente econômico. Uma coisa banal. O argumento dos conservadores contra o projeto – de que isso diminuiria o emprego – não faz sentido. Já se sabe que nenhuma empresa muda sua técnica de produção porque a mão de obra ficou mais cara. Também a medida diminuiria investimentos. Ao contrário, eles só aumentariam porque o trabalhador vai querer produzir mais. É um ciclo virtuoso.

Não seria mais eficiente se patrões e empregados negociassem diretamente?

Essa é a negociação da raposa com a galinha. Acreditar que patrões e empregados têm o mesmo poder de negociação é um contrassenso.

Na opinião do senhor, quais são as chances de a proposta ser aprovada se for enviada ao Congresso?

Nenhuma. O governo não quer a aprovação. Em todo o ano de eleição o presidente Lula faz um discurso mais à esquerda – sem, contudo, levar adiante o que propõe. Foi assim na eleição de 2006 e está sendo assim agora. ● **L.A.M.**